

Doc. 1627.

**Ato de Requisição Nº 1 – CPMI – “CORREIOS”**

- quais os critérios foram utilizados para o credenciamento das Agências de Correios Franqueadas – ACFs, considerando que, em 15/09/1990, a Secretaria Nacional de Comunicações do então Ministério da Infra-Estrutura autorizou a implantação do sistema de franquias e, em razão disso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT passou a firmar contratos administrativos com particulares (Contratos de Franquia Empresarial – CFE) sem licitação prévia;

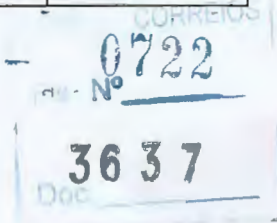
- quantas licitações foram realizadas, quantas foram desertas, quantas licitações foram revogadas antes da homologação em decorrência da IN SSP/MC nº 01/2002 e quantos contratos foram assinados, considerando que a ECT foi autorizada, conforme Portaria nº 386, de 17/07/01, do Ministério das Comunicações, a realizar procedimentos licitatórios, em todo território nacional, para a seleção de pessoas jurídicas interessadas em prestar serviços e vender produtos postais, em unidades de atendimento, denominadas de Agência de Correios Comercial Tipo I;

- para quanto foi revisto o limite mensal de enquadramento dos clientes do segmento comercial, tendo em vista que o ex-Subsecretário de Serviços Postais, Sr. Marcelo Perrupato e Silva, encaminhou ao TCU, em 28/04/2003, Nota Técnica informando que o limite de enquadramento de três milhões de vezes o valor do Primeiro Porte de Carta Comercial – PPCC (IN SSP/MC nº 01/2002) deveria ser ajustado;

- histórico dos valores do Primeiro Porte de Carta Comercial no período de 2001 até 2005;

- a quantidade de Agências de Correios Franqueadas – ACFs e a quantidade unidades de atendimento exclusivamente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, dispostas da seguinte forma:

	Jul/2001	Jul/2002	Jul/2003	Jul/2004	Jul/2005
<b>ECT (exclusiva)</b>					
<b>ACF</b>					
<b>Total</b>					





Ofício 517 /PR

Brasília, 23 de agosto de 2005.

A Sua Senhoria o Senhor  
**AÉRCIO DANTAS GIFFON**  
Analista de Controle Externo  
Comissão Mista Parlamentar de Inquérito - CPMI  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito  
Senado Federal – Sala 13, Subsolo  
70165-900 Brasília - DF

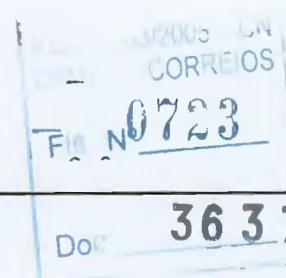
Assunto: Ato de Requisição 01 - CPMI

Prezado Senhor,

Em atendimento ao Ato de Requisição Nº. 01 – CPMI, do dia 16 de agosto de 2005, protocolado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no dia 16 de agosto de 2005, apresentamos as informações e documentos solicitados, conforme a seguir:

- a) Quanto aos critérios utilizados para o credenciamento das Agências de Correios Franqueadas: segue em anexo cópia do Manual de Organização, capítulo 21/3 e Anexos 1 e 2 (anexo I);
- b) Quanto ao valor limite mensal de enquadramento dos clientes do segmento comercial: encontra-se em elaboração pelo Ministério das Comunicações o documento normativo que estabelecerá novo limite de enquadramento dos clientes do segmento comercial;
- c) Quanto ao histórico dos valores do Primeiro Porte de Carta Comercial (PPCC) no período de 2001 a 2005:

Vigência	R\$
12/07/01	0,55
08/08/02	0,60
05/09/03	0,74
01/10/04	0,80





d) Quanto aos dados quantitativos referentes às licitações para contratação de Agências de Correios Comerciais Tipo I Permissionárias (ACCI permissionárias):

- Itens (regiões-alvo) licitados: ..... 3.399
- Itens (regiões-alvo) cujas licitações foram desertas: ..... 2.457
- Revogações de itens decorrentes da IN SSP-MC nº 1/2002: ... 0
- Contratos assinados: ..... 334

e) Quanto ao número de Agências de Correios Franqueadas – ACFs e de agências próprias da ECT:

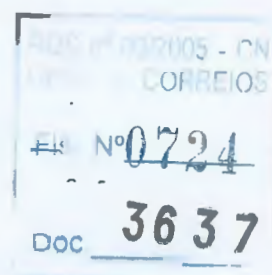
	Julho/2001	Julho/2002	Julho/2003	Julho/2004	Julho/2005
ECT Ag. Próprias	5.371	5.416	5.519	5.619	5.688
ACF	1.514	1.479	1.475	1.469	1.466
<b>Total</b>	<b>6.885</b>	<b>6.895</b>	<b>6.994</b>	<b>7.088</b>	<b>7.154</b>

Quanto aos demais documentos solicitados, estamos ultimando providências para o seu pleno atendimento.

Nesta oportunidade, coloco-me à disposição para prestar qualquer esclarecimento adicional que eventualmente seja do interesse dessa CPMI.

Atenciosamente,

  
**JANIO CEZAR LUIZ POHREN**  
Presidente



**ANEXO I**  
**Critérios utilizados para o credenciamento das Agências de**  
**Correios Franqueadas**

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
0725	
36 3-7	
Doc:	

CORRE

Fls Nº

Doc



**ANEXO 1 : CRITÉRIOS PARA DIMENSIONAMENTO****1. AGÊNCIA DE CORREIO FRANQUEADA/AGÊNCIA DE CORREIO SATÉLITE**

1.1. A Agência de Correio Franqueada e a Agência de Correio Satélite poderão ser instaladas em qualquer localidade brasileira (cidade, vila ou povoado), bem como em seus perímetros urbanos, devendo situar-se:

- a) obrigatoriamente, em localidade que seja atendida por linha ou meio de transporte com frequência regular;
- b) preferencialmente, em ponto equidistante, no mínimo, 1(hum) quilômetro de uma Agência de Correio;
- c) preferencialmente, em pontos de fácil acesso ao público e, principalmente, em locais providos de transporte coletivo;
- d) preferencialmente, no andar térreo do edifício onde a unidade será instalada;
- e) obrigatoriamente, em imóvel próprio do responsável pela unidade operacional ou em imóvel locado, desde que o responsável pela unidade operacional seja o titular do contrato de locação.

1.2. A Agência de Correio Franqueada e a Agência de Correio Satélite poderão funcionar em estabelecimento comercial, selecionando-se, preferencialmente, aqueles cujo ramo de atividade seja procurado por parcela relevante de pessoas, tais como: hotéis, supermercados, papelerias, drogarias, farmácias, postos de abastecimento de combustível, etc.

1.2.1. Deverá ser verificada a conceituação e a performance do estabelecimento na localidade ou local, tendo em vista a associação de marcas com a ECT, que deve ter sua imagem preservada.

1.3. O estabelecimento indicado não poderá prestar serviço ou vender produto considerados concorrentes aos da ECT.

1.4. O início das atividades de uma Agência de Correio Franqueada e de uma Agência de Correio Satélite deverá ser antecedido pela assinatura de Contrato e Termo de Compromisso específicos, respectivamente, conforme modelos previstos nos Anexos 5 e 6 deste Capítulo.

1.5. A autorização para habilitação à operação de Agências de Correio Franqueadas ou Satélites será concedida, unicamente, a Pessoas Jurídicas.

RQ	200
CPMI - CORREIOS	
Fis:	0726
	3637
Doc:	

Selbst. em 27.06.75



ECT

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO

Mód: 21

CAP: 3

EMI:29.01.92

5a. ROD

VIG:16.05.92

Anexo 1

2

2. POSTO DE VENDA DE SELOS

2.1. Os Postos de Venda de Selos deverão funcionar e ter o início de suas atividades antecedidas pela assinatura de Termo de Compromisso, conforme modelo previsto no Anexo 7 deste Capítulo.

2.2. A autorização para habilitação à operação de Postos de Venda de Selos será concedida, unicamente, a Pessoas Jurídicas.

\* \* \* \* \*

75190089-3

REC. Nº 102005 - CN  
CORREIOS  
0727  
Fls. Nº  
3637  
Doc.



**ANEXO 2 : CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO À OPERAÇÃO DE AGÊNCIA DE CORREIO FRANQUEADA E SATÉLITE****1. DOCUMENTAÇÃO**

1.1. Quando da apresentação da sua proposta de habilitação à operação de uma Agência de Correio Franqueada ou Satélite, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) se pessoa jurídica individual, registro na Junta Comercial, ou no caso de sociedades, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, todos devidamente registrados;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- c) cópia de procuração, quando o(s) nome(s) do(s) responsável(is) e que, por qualquer motivo, não constaram do contrato social;
- d) "lay-out" das instalações e dos equipamentos da unidade, cuja área útil não poderá ser inferior a 12m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);
- e) certidão negativa, comprovando pedido de falência, concordata ou de execução patrimonial;
- f) certidão negativa de protestos da pessoa jurídica interessada e seus sócios.

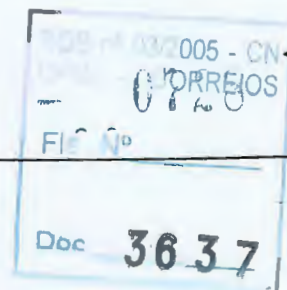
1.1.1. A partir da data de vigência deste Capítulo, quando se tratar de Agência de Correio Franqueada, a pessoa jurídica interessada deverá apresentar:

- a) para unidade a ser instalada, Contrato Social, conforme modelo constante do Anexo 4 deste Capítulo;
- b) para unidade já instalada, Contrato Social, conforme modelo constante do Anexo 4 deste Capítulo ou inclusão de cláusula, no Contrato Social, em vigor, especificando o estabelecimento de Contrato de Franquia Empresarial com a ECT.

1.1.2. O "lay-out" das instalações e dos equipamentos da unidade deverá ser aprovado pela Assessoria de Planejamento e Coordenação, Gerência de Engenharia e Manutenção, Gerência Técnica ou Região Operacional, observando-se, principalmente, a qualidade e o aspecto visual das instalações.

1.2. Os documentos exigidos, para a competente habilitação, poderão ser apresentados nas seguintes formas:

- a) original;





**ECT****MANUAL DE ORGANIZAÇÃO**

Mód: 21

CAP: 3

EMI:29.01.92

5a. ROD

VIG:16.05.92

Anexo 2

2

b) por qualquer processo de cópia, a ser autenticada pela ECT, mediante conferência com os originais;

c) como publicação da imprensa oficial.

1.3. A falta de apresentação de qualquer dos documentos exigidos, nas formas previstas, não permitirá a habilitação para funcionamento da Agência de Correio Franqueada ou Satélite.

1.4. No caso de Agência de Correio Satélite, quando a pessoa jurídica interessada estiver enquadrada como prefeitura municipal, pessoa jurídica de direito público, Banco do Brasil ou Companhia Telefônica, deverá ser exigida, somente, a apresentação de ofício, do Prefeito ou da Administração do órgão, declarando interesse na instalação da unidade e informando o local e as características do imóvel.

**2. RESCISÃO DA HABILITAÇÃO**

A habilitação e, conseqüentemente, o Contrato ou o Termo de Compromisso, poderão ser rescindidos, sempre que, após sua(s) assinatura(s), a empresa responsável pela Agência de Correio Franqueada ou Satélite:

a) entrar em regime de falência, concordata, liquidação judicial ou extra-judicial;

b) executar atividades consideradas concorrentes às da ECT, tais como:

I - distribuição domiciliária de impressos, livros ou qualquer outra publicação;

II - transporte de qualquer espécie;

III - entrega rápida, "courriers" e afins;

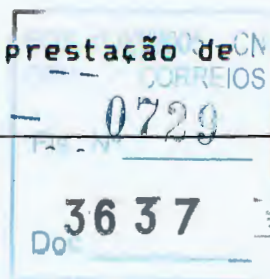
IV - prestação de serviços de "office-boys" e de locação de mão-de-obra;

V - qualquer outro tipo de atividade, que possa, de maneira direta ou indireta, concorrer com a ECT, quanto à triagem, transporte e distribuição de objetos em geral;

VI - utilização de meios ilícitos, na prática comercial, visando o aliciamento de clientes da ECT, através de ações desenvolvidas interna ou externamente às unidades;

c) divulgar, junto à imprensa, qualquer assunto relativo aos serviços postais e telemáticos, sem que haja prévia autorização, por escrito, da ECT;

d) conceder descontos, a terceiros, seja na prestação de serviços ou venda de produtos;





**ECT****MANUAL DE ORGANIZAÇÃO****Mód: 21****CAP: 3****EMI:29.01.92****3a. ROD****VIG:16.05.92****Anexo 2****3**

e) deixar de conduzir seus negócios de maneira condizente com a ética comercial e consoante os padrões aceitos, utilizados e aprovados pela ECT;

f) sonegar, dificultar, subfaturar ou omitir informações à ECT, com a finalidade de burlar, ou não, o acerto de contas estabelecido;

g) deixar de cumprir quaisquer obrigações de natureza fiscal, trabalhista ou previdenciária;

h) não manter os padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ECT;

i) se houver alteração na composição societária, na administração e na forma jurídica, mesmo em casos de falecimento ou sucessão dos sócios ou na proporção de cotas, sem prévia anuência da ECT;

j) infringir ou descumprir quaisquer das cláusulas do Contrato ou Termo de Compromisso.

**3. DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1. Não poderão ser concedidos quaisquer privilégios, às pessoas jurídicas, quer seja na instalação das Agências de Correio Franqueadas e Satélites, inclusive no que concerne ao local de funcionamento, quer na execução dos serviços ou na venda dos produtos, exceto aqueles previstos no respectivo Contrato ou Termo de Compromisso.

3.1.1. Em função do exposto no subitem anterior, deverá ser assegurado, aos interessados, o direito de inscrição do pedido, cabendo, à ECT, o registro, obedecendo a ordem crescente de data e horário, efetuando recibo, para incorporação ao processo de habilitação, devendo ser concluído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

3.1.2. O pedido deverá ser assinado pelas partes (ECT e pessoa jurídica interessada).

3.2. A aprovação da instalação de uma Agência de Correio Franqueada ou Satélite é direito exclusivo da ECT, não cabendo ao solicitante qualquer reivindicação.

3.3. A concessão para instalação e funcionamento de Agências de Correio Franqueadas e Satélites é direito unilateral da ECT.

\* \* \* \* \*

RECIBO Nº 072005 - CN  
CORREIOS  
Nº 0730  
3637  
Do



ECT

## MANUAL DE ORGANIZAÇÃO

Mód: 21

CAP: 3

EMI:05.07.95

VIG:01.08.95

Anexo 2

8

IP

TERMO Nº (número)

ANEXO II

PVP (nome)

PRODUTOS REMUNERADOS

## 1. PRODUTOS COM REMUNERAÇÃO DE 20%.

- a) Aerograma Nacional, Internacional e Social
- b) Envelope Pré-Franqueado de 1º Porte
- c) Comprovantes de Franqueamento Nacional e Internacional
- d) Etiqueta de Franqueamento para Registro Nacional
- e) Telegrama Pré-Taxado
- f) Selos Ordinários e Comemorativos
- g) Programa de Alimentação do Trabalhador
- h) Justificação Eleitoral

## 2. PRODUTOS COM REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA

- |                                                 |      |
|-------------------------------------------------|------|
| a) Caixa de Encomenda .....                     | 4,0% |
| b) Envelope SEDEX .....                         | 4,0% |
| c) Envelope SEDEX Estadual Pré-Franqueado ..... | 4,0% |
| d) Papa Tudo .....                              | 4,0% |
| e) Tele Sena .....                              | 4,0% |
| f) Guia Postal Brasileiro .....                 | 4,0% |

OBSERVAÇÃO: (relacionar apenas os produtos autorizados para que a unidade execute)

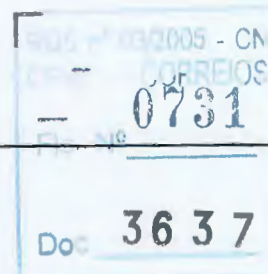
-----  
Local-----  
Data

Pela ECT: -----

Diretor Regional

Pela PERMISSONÁRIA: -----

Assinatura







**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E**  
**PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Ato de Requisição Nº 1 – CPMI – “CORREIOS”

Brasília, 16 de agosto de 2005.

Prezado Senhor,

Nos termos da Portaria Nº 002 – CPMI – CORREIOS, em anexo, o servidor do Tribunal de Contas da União, disponibilizado para prestar serviço à COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, criada através do Requerimento nº 3, de 2005 – CN, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, muito agradeceria a V. S<sup>a</sup> as providências cabíveis no sentido de fornecer a esta CPMI, no prazo máximo de 3 dias úteis, os seguintes esclarecimentos:

- quais os critérios foram utilizados para o credenciamento das Agências de Correios Franqueadas – ACFs, considerando que, em 15/09/1990, a Secretaria Nacional de Comunicações do então Ministério da Infra-Estrutura autorizou a implantação do sistema de franquias e, em razão disso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT passou a firmar contratos administrativos com particulares (Contratos de Franquia Empresarial – CFE) sem licitação prévia;

A Sua Senhoria o Senhor

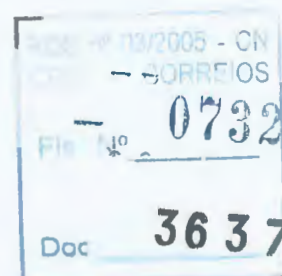
**Janio Cezar Luiz Pohren**

Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Administração Central – Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco A, 19º andar

Brasília – DF

Telefone: (61) 3426-2000 – Fax: (61) 3426-2046



- quantas licitações foram realizadas, quantas foram desertas, quantas licitações foram revogadas antes da homologação em decorrência da IN SSP/MC nº 01/2002 e quantos contratos foram assinados, considerando que a ECT foi autorizada, conforme Portaria nº 386, de 17/07/01, do Ministério das Comunicações, a realizar procedimentos licitatórios, em todo território nacional, para a seleção de pessoas jurídicas interessadas em prestar serviços e vender produtos postais, em unidades de atendimento, denominadas de Agência de Correios Comercial Tipo I;


- para quanto foi revisto o limite mensal de enquadramento dos clientes do segmento comercial, tendo em vista que o ex-Subsecretário de Serviços Postais, Sr. Marcelo Perrupato e Silva, encaminhou ao TCU, em 28/04/2003, Nota Técnica informando que o limite de enquadramento de três milhões de vezes o valor do Primeiro Porte de Carta Comercial – PPCC (IN SSP/MC nº 01/2002) deveria ser ajustado;

- histórico dos valores do Primeiro Porte de Carta Comercial no período de 2001 até 2005;

- a quantidade de Agências de Correios Franqueadas – ACFs e a quantidade unidades de atendimento exclusivamente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, dispostas da seguinte forma:

	Jul/2001	Jul/2002	Jul/2003	Jul/2004	Jul/2005
<b>ECT (exclusiva)</b>					
<b>ACF</b>					
<b>Total</b>					

Atenciosamente,

  
**Aercio Dantas Giffoni**  
**Analista de Controle Externo**  
**Matrícula 5.033-4**

